

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES QUE ATUAM EM ESCOLAS SITUADAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: uma experiência no estado de Pernambuco

João Silva Rocha
 joaosilvarocha@hotmail.com
 Silvana Maria de Fátima Silva
 silvanainai@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho elenca uma reflexão breve a respeito da formação continuada em serviço realizada pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco no que diz respeito ao fortalecimento da gestão escolar de escolas situadas em espaços de privação de liberdade. Os dados apresentados são descrições das três formações que ocorreram durante o ano de 2018, para isso foi necessário fazer algumas reflexões sobre a educação de jovens e adultos e suas especificidades ao se trabalhar em espaços de privação de liberdade, bem como reflexões acerca da gestão escolar nesses espaços apontando suas particularidades e realidade. Como objetivos foram elencados o de perceber a formação continuada como ferramenta de apoio à gestão democrática, refletir sobre o aprendizado e sua implicação na ressocialização do reeducado, fortalecer as práticas que promovam a participação dos atores envolvidos com a escola e, demonstrar o papel da escola e de sua gestão aos atores que atuam em espaços de privação de liberdade - EPL.

PALAVRAS-CHAVE: gestão democrática. espaço de privação de liberdade. formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

A questão da formação docente é algo que é de fundamental importância e já vem sendo discutida desde a década de 60, necessitando ainda de diversos estudos, tendo em vista, a dinâmica da educação.

Tomando por base Freire (1996, p. 67) quando afirma que “quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”, fica perceptível a necessidade e importância da formação continuada não apenas para professores, mas para a sociedade em geral.

Neste trabalho apontam-se as formações continuadas disponibilizadas para gestores de escolas situadas em EPL desenvolvido pela Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos – GEJAI e executadas pelo Núcleo de Educação em Prisões – NEP.

Essas formações foram realizadas durante o ano de 2018 e ao longo do tempo ficou notória a melhoria do gerenciamento dessas escolas em que foi observado nos relatos dos diversos atores que participaram das formações.

O objetivo deste trabalho é perceber a formação continuada como ferramenta de apoio à gestão democrática para escolas situadas em EPL, bem como refletir sobre a relação do aprendizado e sua implicação na ressocialização do reeducando, além e fortalecer práticas que promovam participação dos sujeitos que atuam de forma direta e indireta nestas escolas demonstrando ainda o seu papel e o da gestão escolar aos diversos atores envolvidos neste ambiente.

A necessidade da formação continuada para gestores dessas escolas deu-se pela necessidade e características que estas possuem por não estarem em um espaço autônomo, mas em um espaço que se requer segurança. Visando melhorar o relacionamento entre os atores da escola e unidade prisional - UP, além de garantir apoio ao funcionamento da escola na missão de educar e de se tornar um espaço de ressocialização com vistas a garantir ainda, o direito à educação.

Sendo assim, no capítulo 2 tem-se uma breve reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos – EJA em EPL e o papel do professor como facilitador da construção do conhecimento. Já no capítulo 3 tem-se uma reflexão da gestão democrática em EPL, apontando sua realidade, suas particularidades e definindo a gestão democrática visando sua efetivação dentro desse espaço. Por fim, no capítulo 4, descrevem-se as formações ocorridas durante o ano de 2018 de uma forma geral.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA UNIDADE PRISIONAL

Ireland (2010, p. 30) levanta a seguinte questão: qual seria uma educação socialmente relevante para os jovens e adultos privados ou restritos de seu direito de ir e vir? Com isso é notório que fica a responsabilidade para o professor relacionar os conteúdos escolares com as necessidades encontradas em cada EPL,

uma vez que esses possuem suas especificidades, além de mudanças que podem surgir de acordo com as considerações de cada novo gestor de UP ou quando há uma situação de segurança, por exemplo.

Frente a esta dicotomia, temos a escola com seu papel de ensinar, socializar e, do outro lado, a UP e seus entraves por conta da segurança e, em muitas vezes, repressão e retirada dos direitos das pessoas privadas de liberdade - PPL.

Não pode esquecer-se das PPL em que Onofre (2007, p. 12) analisa suas características e situa-as como parte da população de empobrecidos, sendo produtos da segregação social (das drogas, perda de valores humanitários e da pobreza). Sua condição de preso insere-o na categoria de marginal e bandido na pirâmide social, sendo duplamente odiados e excluídos. Estes sujeitos procuram a escola por diversos motivos, como a busca de alternativas para abreviar sua estada (ONOFRE, 2007, p. 12), em que se pode observar a remição de pena, conforme Araújo *et al* (2017, p. 6) que a lei entrou em vigor no Brasil em 2011, com a lei 12.433 que alterou a LEP, incluindo o estudo como fator de diminuição da pena.

Assim, nota-se que o trabalho do professor vai além do processo de ensino, uma vez que as necessidades desses sujeitos vão além do aprendizado dos conteúdos, assim, Laffin (2006, p. 109) afirma que a educação nesses espaços necessita ser concebida de modo particular para atender as especificidades.

Reforçando essa ideia, Ireland (2010, p. 29) aponta que “o aprender se torna um ato heroico”, uma vez que há muitas distrações e a escola está inserida entre elas. Há ainda casos que em muitas UP, o estudante sequer pode sair com o material escolar, pois este material pode se tornar moeda de troca.

É bom salientar que os professores ao ensinar este público devem tomar cuidado para não infantilizar o ensino, principalmente na alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental, conforme Santos (2007, p. 98) que pontua em sua pesquisa que até o início da década de 80 a metodologia materiais que se usavam para ensinar nos presídios era os mesmos da rede regular de ensino aplicado para crianças. Assim, a escola situada em EPL possui papel diferente das demais escolas, sendo a escola um dos poucos ou único espaço para o resgate da cidadania do interno conforme Julião (2007, p. 47).

Por outro lado, Santos (2007, p. 107) aponta “a valorização da autonomia do interno, a problematização de sua existência e a promoção da dignidade dos que ali

comparecem, sendo propostas diferentes da operação carcerária”, uma vez que a cultura do cárcere pode vir negar os direitos do apenado, inclusive o direito à educação e conseqüentemente tornam-se mais um entrave para a escola. Apesar disso e adicionando-se o que Vieira (2008, p. 34) aponta, há dificuldades

[...] desde as condições do ambiente, a falta de contato do interno durante um período de tempo considerável com a sociedade e com as transformações de toda sorte por qual essa passa, até a perda de identidade pelos sujeitos privados de liberdade e da possibilidade de executar ações rotineiras, como escolher sua comida e o horário em que quer desenvolver suas atividades pessoais [...]

Vieira (2008, p. 34) acredita que é necessária a implementação de ações que possam transformar o espaço da prisão em um local de aprendizagem e esperança.

Na EJA se trabalha, em geral, com o sujeito que é trabalhador, que tem o seu direito de ir e vir, entre outros. No caso da EJA em EPL o direito de ir e vir não existe, sendo preciso saber lidar com os conhecimentos e experiências de vida anteriores destes e também das experiências que constroem após estarem nesse espaço, suas expectativas de vida, buscando o que pode ser relevante e que seja significativo para contribuir com sua reinserção na sociedade, que conforme Freire (1996, p. 33), é preciso “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos”, sendo possível quando o professor procura trabalhar com uma postura dialógica.

3 GESTÃO ESCOLAR EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE — SUA REALIDADE E SUAS PARTICULARIDADES

Mesmos sendo uma gestão autônoma, com gestor, gestor adjunto, secretário escolar, educador de apoio e pessoal administrativo, é sabido que a escola, inserida em um EPL, que possui regras de segurança e particularidades comuns, tem a necessidade de conviver naturalmente com essa situação, que pode alterar sua rotina do seu fazer pedagógico e administrativo.

Em relação a postura do gestor escolar Libâneo (2004, p. 217) aponta que diversos gestores foram alvos de críticas por suas práticas excessivas de burocracia, conservadoras, autoritárias e centralizadoras. Afirma ainda que embora hoje ainda

exista profissionais com este perfil, disseminam práticas de gestão participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças da educação.

Apesar disso, é de fundamental importância o papel da gestão escolar para alcançar os objetivos traçados em seu Projeto Político Pedagógico. Para atingir os objetivos, o gestor tem o papel envolver os sujeitos e que eles se reconheçam como atores desse processo, contribuindo significativamente com a escola. Com essa postura, a gestão democrática pode contribuir, pois esse tipo de gestão só tem sentido quando busca unir os setores da escola e estes com a comunidade escolar.

Vale lembrar que a comunidade escolar aqui é composta pelos professores, funcionários da escola, estudantes, funcionários da UP e de outros setores como saúde, jurídico. Desta forma, a escola deve lembrar que todos devem ter parte, vez e voz, contribuindo com opiniões, ideias e sugestões para melhorar o processo de ensino aprendizagem e atingir o papel da ressocialização dos educandos.

Assim, o papel do gestor dentro da escola deve ser o de incentivador e motivador das potencialidades e das relações dentro desta, pois, acredita-se que essa postura pode proporcionar transformação social de forma concreta.

Cóssio (2006, p. 31) reforça que a gestão democrática tem que se fundamentar na construção de um espaço público, que promova condições de igualdade, e propicie um ambiente de trabalho coletivo em que seja superado o individualismo, possibilitando a inter-relação do todo e que a produção de conhecimento prepare os sujeitos para a vida.

Apesar das escolas externas ao ambiente de privação de liberdade possuir dificuldades em atingir o princípio democrático, é notório a magnitude das dificuldades quando se refere a uma escola inserida em EPL, em que o ambiente é permeado pelo autoritarismo e práticas de dominação que não contribuem para o desenvolvimento da autonomia do estudante e demais atores ali inseridos, que algumas vezes há relatos de terem sido coagidos por agentes penitenciários que não acreditam na ressocialização negando o direito do apenado.

Vale salientar que há esforços oriundos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco – SJDH-PE referente à práticas como estas em que se busca a sensibilização dos agentes penitenciários, que fica perceptível na postura de gestores de UP e da Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante.

Ainda no que se diz respeito à gestão democrática da escola, ela implica que a comunidade e os usuários dela sejam os dirigentes e gestores e não só os seus fiscalizadores ou apenas receptores dos serviços prestados. Na gestão democrática a comunidade escolar, estudantes, professores e funcionários devem assumir sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola (GADOTTI, 1994, p. 2). No que se refere à comunidade escolar cita-se os Agentes de Segurança Penitenciária – ASP, além dos profissionais de saúde e da justiça que garantem direitos aos apenados.

A partir disso o gestor deve propiciar meios que estimulem o professor para que ele se torne ousado, superando barreiras e auxiliando na construção de uma escola em que todos possam ter vez e voz. Para isso o professor precisa ser questionador, capaz de pensar e repensar suas ideias, a educação e o seu trabalho pedagógico. Não deve esquecer outro sujeito importante da escola que são os estudantes. Cada um é um sujeito individual e que possui sua própria história, devendo ser respeitado e valorizado pelo gestor que deseja uma prática democrática dentro da escola. Assim o gestor deve procurar ouvir os estudantes sem extrapolar as normas de segurança do ambiente, conforme Vasconcelos (1995, p. 64) deve-se procurar conhecer “quais as suas expectativas pessoais e profissionais, qual a sua origem social, sua situação social atual, que valores cultiva, quais suas condições objetivas de existência, sua linguagem, acesso aos meios de comunicação”.

Por fim, baseados em Davis e Newstrom (1992, p. 150) pode-se definir a liderança como o processo de encorajamento de outros a trabalharem entusiasmados na direção dos objetivos. Este autor ainda compara que sem liderança seria semelhante a uma orquestra que sem maestro teria apenas os músicos e os instrumentos, apontando assim que é necessário que tenhamos um gestor com tais competências.

4 A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES DE ESCOLAS SITUADAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A formação continuada proposta pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco foi pensada com vistas a garantir a formação continuada dos gestores das escolas estaduais situadas em EPL, uma vez que os gestores, apesar certificados por aprovação no curso de gestão específico para o cargo, possui

objetivos de buscar a socialização de experiências e discussão a partir das dificuldades apontadas pelos gestores das escolas situadas em EPL visando fortalecer a gestão democrática e a participação ativa de seus diversos atores, bem como a colaboração do gestor da UP e do ASP designado para acompanhar a escola, denominado educador de apoio da Secretaria Executiva de Ressocialização.

Na formação continuada houve parcerias da Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos com a Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante. Esta formação contou com a presença de gestores das escolas, agentes penitenciários, gestores de UP e dos chefes das unidades de EJA de cada gerência regional de educação – GRE – que continha escola(s) situadas em UP.

O intuito das formações foi apresentar instrumentos normativos/jurídicos que regem a escola e UP, como também os avanços históricos e as concepções pedagógicas da educação em prisões. Uma vez que compreender que o acesso às práticas educacionais pode contribuir para criação de possibilidades na formação da pessoa e respeito à dignidade humana, como também para a promoção da igualdade e o combate às formas de discriminação no contexto prisional.

Sendo assim ficou perceptível que os gestores devem proporcionar o pensamento em uma educação escolar capaz de transformar o apenado um ser social informado e que participe do mundo em que vive, adquirindo criticidade que venha favorecer sua capacidade de questionamento e problematização do mundo indo além da condição social para a prática transformadora. (MELLO, 1987, p.90).

Nas formações ocorridas durante o ano de 2018 buscou-se apontar as relações entre os profissionais que trabalham na escola tanto entre si, quanto com outros atores como estudantes, ASP e gestão da escola; a relação do professor com a metodologia da EJA e, também sugestões referentes ao planejamento do bimestre, bem como a leitura do PPP e motivação dos professores.

Na segunda formação buscou-se trabalhar o gerenciamento do estresse uma vez que este ambiente é coberto por tensões diferenciadas por se situarem em EPL. Essa segunda formação havia sido aplicada aos professores e, foi direcionada ao gestor escolar e demais atores. Houve socialização dos resultados do planejamento do bimestre e a elaboração de pauta para o planejamento do ano letivo.

Ainda nesta formação, ocorreu uma oficina acerca dos desafios da gestão escolar em que o foco foi referente à fiscalização, capacitação de qualidade, organização documentária, controle financeiro, comunicação organizacional e o gerenciamento de conflitos internos.

Na terceira formação foram abordados assuntos pertinentes ao censo escolar e como proceder para o preenchimento correto do mesmo, ainda apontou-se o que fazer para corrigir e os reflexos quando há erro de preenchimento do censo escolar.

Sendo assim, ficou notória a necessidade do planejamento e monitoramento das ações das quais se pode citar que a gestão por resultados a partir de quatro elementos que são o plano, a preparação, a implementação e, a gestão dos resultados. Abordou-se ainda na diferença entre liderar e gerenciar e, gerenciar e gerir, bem como o gestor escolar deve estar atento aos três subprocessos de gestão em que o primeiro é a gestão da escola como um todo que envolve a gestão de recursos (financeiros e materiais), a gestão dos processos, e a gestão das pessoas, em segundo subprocesso tem-se a gestão pedagógica que envolve a gestão, a gestão da ação docente e a gestão dos resultados, e o terceiro subprocesso envolve a gestão da aprendizagem, a gestão da conduta e a gestão da interação cultural.

Posteriormente foram trabalhadas questões concernentes ao uso do livro didático, em que este é apontado como mais uma ferramenta e que deve ser complementado buscando as especificidades de cada ambiente.

Notou-se ao longo do tempo o aumento de entrosamento e conseqüente construção coletiva nas formações, em que a busca do diálogo e a socialização de experiências foi de fundamental importância para dar rumo aos participantes que se haviam deparado com situações similares e não souberam como resolver ou a quem recorrer para resolução de tais questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se assim que a formação continuada em serviço foi de fundamental importância para melhoria de relacionamento entre os atores da unidade escolar e dos diversos setores da unidade prisional, proporcionando parcerias para resolução de entraves e melhor fluxo da rotina escolar.

É notório ainda que, em relato dos participantes das formações, houve melhoria no andamento das atividades escolares, formação de grupos e reuniões periódicas para enfrentamento das dificuldades encontradas pelos professores da escola, bem como maior adesão e participação dos mesmos nas atividades da escola, o que pode ser relatado em número de TCF que foram indicados para apresentação em outubro de 2018 com envolvimento dos estudantes da Fase IV da EJA, equivalente aos oitavo e nono anos.

Vale lembrar que não se esgotam as possibilidades de melhoria na gestão escolar de escolas situadas em EPL, sendo necessário um novo aspecto na formação de gestores para o ano de 2019, buscando atingir algumas metas como o combate ao abandono e rotatividade de estudantes em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- CÓSSIO, M. F. Gestão democrática da educação: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento humano no trabalho**. vol. 1. São Paulo: Pioneira, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público, Belo Horizonte: Minascentro, 28 a 30 de julho de 1994.
- IRELAND, T. Anotações sobre a Educação em Prisões: direito, contradições e desafios. In: CRAIDY, Carmen Maria. **Educação em Prisões**: direito e desafio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. P. 23-36.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. As Políticas de Educação para o Sistema Penitenciário. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação Escolar entre as Grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. P. 29-50.
- LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **A Constituição da Docência entre Professores de Escolarização Inicial de Jovens e Adultos**. 2006. Tese

(Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MELLO, G. N. **Educação escolar**: paixão, pensamento e prática. São Paulo: Cortez, 1987.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da Prisão: espaço de construção do homem aprisionado. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação Escolar entre as Grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. P. 11-28.

SANTOS, Sílvio dos. A Educação Escolar na Prisão sob a Ótica dos Detentos. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação Escolar entre as Grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. P. 93-110.

SOUZA, E. P. S. de; ROCHA, J. S.; ARAÚJO, C. C. P.; FREIRE, D. R. Educação e remição de pena como estratégia de ressocialização: um estudo realizado na Escola Estadual Irmã Dulce. In: 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. 3º, 2017, Recife. **3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão**. Disponível em: < <http://www.prisoes2017.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em 10/10/2018.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. **Trabalho Docente**: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.